

I N F O R M E  
**CORECON**

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia • 1ª Região do Rio de Janeiro • nº 59 • Março 1994

# Ignacio Rangel: um pensamento que frutificou

*A morte de Ignacio Rangel deixou um vácuo no pensamento econômico brasileiro. Mestre e amigo de gerações de economistas, Rangel polemizou, mas plantou seguidores e criou raízes em diversas escolas de Economia.*

*Páginas 3 a 8*



---

O desempenho  
da economia  
em 1993

*Página 9*

---

A criação  
do Real  
e a questão  
cambial

*Páginas 10 e 11*

---

Sistema  
de Projeções  
Qualificadas

*Página 12*

---

"O Brasil perdeu um dos seus maiores economistas. Ignacio Rangel era dotado de uma inteligência penetrante e de uma poderosa imaginação, que lhe permitiram analisar de forma inovadora a economia brasileira e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento da teoria econômica".

**A** constatação do ex-ministro Bresser Pereira, publicada em artigo da Folha de S. Paulo logo após a morte de Ignacio Rangel, retrata o sentimento de toda a classe dos economistas do país. Rangel foi um autodidata que se notabilizou pela interpretação inovadora da inflação brasileira, entre outras contribuições ao pensamento econômico do país, e deixou alunos e admiradores entre todas as escolas de economistas. É inegável que o país perdeu uma rara inteligência. Nesta edição do Informe CORECON, abrimos espaço privilegiado para mostrar o trabalho marcante deixado por Rangel, que é comentado em lembranças marcantes de admiradores e amigos, que compartilharam ou acompanharam a frutífera obra de um dos mais

marcantes economistas brasileiros. Nesse aspecto, Rangel é visto pelo lado da combinação entre teoria econômica e análise histórica, ou seja, a partir de um entendimento básico do conjunto que forma a sua obra, que é harmônico e integrado, subdividido em grandes linhas em: a) a tese da dualidade básica; b) a interpretação da dinâmica capitalista (ciclos, crises e tecnologia); c) a tese da inflação; d) a interpretação da questão agrária; e e) a interpretação sobre a intervenção do Estado e planejamento.

As idéias de Rangel não são do tipo que todos aceitam facilmente. Não são idéias acomodadas a uma determinada corrente de pensamento. São idéias provocadoras. Pensador com profunda consciência do engajamento político no processo de transformação da sociedade, sem exagero, se tornou o mais original analista da economia brasileira, sendo notável seu otimismo e sua convicção no desenvolvimento do país.

É uma edição "in memoriam", emocionada, esta que se despede de uma das lideranças dos movimentos dos economistas do Rio de Janeiro, Ignacio Rangel.

NOTAS

- **Concurso - Petrobrás Distribuidora** - Economistas. Remuneração: 951,51 URVs. Inscrição: 11 e 15 de abril.
- **Tribunal de Justiça/RJ** - Oficial de Justiça Salário em torno de CR\$ 326 mil. Edital no CORECON/RJ.

- **Tabela de Honorários de Economistas** - O Valor de Referência de Honorários (VRH), no mês de março de 1994, foi de CR\$ 365,00 (trezentos e sessenta e cinco cruzeiros reais). Para abril, o VRH será de CR\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros reais).

- **Sindicato oferece bolsas** - Tendo como objetivo a valorização profissional e o incentivo a capacitação técnica dos economistas, o Sindicato custeará cinco bolsas do Curso IERJ-ANPEC. Os interessados deverão ser sindicalizados devendo encaminhar suas inscrições ao Sindicato, através da apresentação dos currículos escolar e profissional, compro-

vante de renda e texto de 2 laudas justificando o interesse em realizar o curso.

- **Assembleia do Sindicato** - O Sindicato dos Economistas escolherá seus delegados para o Congresso Estadual e Nacional da CUT no próximo dia 12-04-94, às 18h, no auditório do CORECON/RJ.

- **Convite** - Memória de Ignacio Rangel. O Fórum de Ciência e Cultura, IERJ/CORECON/SINDECON e outras entidades da sociedade civil convidam para solenidade de homenagem a Ignacio Rangel no dia 19 de abril, no auditório Pedro Calmon da UFRJ, na Praia Vermelha. Será feita apresentação da trajetória de Rangel subdividida em: Vida, por Domar Campos; Pensamento Econômico, por José Márcio Rego; Contribuição à Economia Brasileira, por Carlos Lessa. Haverá, ainda, uma exposição no Salão Vermelho do Fórum, de sua obra, e vídeos de suas principais palestras.

**CORECON**  
Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro  
Av. Rio Branco 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20054  
Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 221-0958

Presidente: Hélio Oliveira Portocarrero de Castro

Vice-Presidente: Luiz Antonio Rodrigues Elias  
Conselheiros Efetivos: Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Luiz Antônio Rodrigues Elias, Adhemar dos Santos Mineiro, Carlos Francisco T. M. R. Lessa, José Roberto Correia Soeiro, Maria José Cyhlar Monteiro, Maurício Buzanovsky, Sidney Pascouito da Rocha  
Conselheiros Suplentes: Alexandre Baptista Freire, Carlos Aguiar de Medeiros, Eduardo Luiz

de Mendonça, Luiz Carlos Pires de Araújo, Paulo Sérgio Souto, Renato Augusto da Matta, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ronaldo Raemy Rangel, Sandra Maria Carvalho de Souza  
Secretaria Executiva: Duvit Regis Kirschbaum  
Secretaria de Fiscalização: Luiz Sérgio Ribeiro  
Delegacia Regional de Campos: Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49  
Tel. (0247) 23-833  
Biblioteca Edinardo Pires: bibliotecária Ângela Peixoto

TESES

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Título: "Choques de Tecnologia e Flutuações no Nível de Atividade Econômica: Aspectos Teóricos".  
Autor: Maria Alice da Justa Lemos.

Título: "Análise Histórica e Econométrica dos Acordos Internacionais do Café".  
Autor: Alexandre Marinho.

Título: "Macroeconomia Política: Um Modelo para Moratória da Dívida Interna".  
Autor: José Paulo Denadai Carelli

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Título: "O Comportamento das Instituições Bancárias: Implicações para a Política Monetária".  
Autor: Paula Marina Sarno

Título: "O Conceito de Relação Salarial da Regulação: Uma Visão Crítica de sua Contribuição".  
Autor: Luiz Jorge Vasconcellos P. de Mendonça.

Título: "Evolução do Setor Elétrico Brasileiro no Contexto das Rupturas dos Paradigmas Tecno-Econômicos do Pós-Guerra aos Anos Recentes".  
Autor: João de Deus Sicsú Siqueira.

Título: "A Gestão e Difusão de Tecnologias Ambientais: As Práticas e Expectativas das Empresas Fornecedoras".  
Autor: Anibal Wanderley

Título: "Evolução Salarial em Empresas Oligopolistas pertencentes ao Setor Produtivo Estatal: O Caso da Companhia Siderúrgica Nacional entre março de 1986 e fevereiro de 1990".  
Autor: Mário Luiz Freitas Lemos.

SEMINÁRIOS

Investimento no Mercado Financeiro

O CORECON realiza no dia 27 de abril, no auditório da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, das 14:00 às 17:30 horas, o Seminário "O papel dos Investidores Institucionais na Retomada do Desenvolvimento" - Fundos de Pensão, Previdência Complementar Aberta, Seguros, Fundos Mútuos e Capitalização.

O evento promoverá exposições e debates sobre a importância do aumento da poupança financeira bruta do país, dando subsídios e propostas para a formulação de políticas para o setor.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no Conselho, até o dia 22 de abril. Contatos pelo telefone (021) 224-0578. Vagas limitadas. Os palestrantes são: Hélio Portocarrero, Raphael de Almeida Magalhães, Sérgio Werlang, André Jakurski, Nilton Molina, Edson Machado Monteiro, Henrique Saraiva.

Política Macroeconômica e Iniciativas Sociais

Dias: 25 e 26 de maio de 1994  
Horário: 14:00 às 20:30 h  
Local: CORECON/RJ  
Av. Rio Branco, 109 - 19º andar

Objetivo: Sugerir proposta de políticas de emprego considerando as dimensões macroeconômicas e de organização popular.

Organização: IERJ - FASE - ABET.

Apoio: CORECON/RJ e SINDECON/RJ.

ERRATA

No último número do Informe Corecon, por erro de digitação, houve falha na nota sobre inscrição remida. Leia a nota correta: Os Conselhos Regionais de Economia estão facultados a receber inscrição remida de economistas com idade superior a 65 anos, para sexo masculino, e superior a 60 anos, para sexo feminino. Esta é a resolução no 1.592 do Cofecon, que entrou em vigor em 09/09/92.

INFORME CORECON  
Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias  
Conselho Editorial: Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielshowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira  
Coordenação e Edição: Frilas Serviços Jornalísticos Ltda. - Tel (021) 262-2832 - Tel/Fax (021) 262-7076  
Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva (MT-14109)  
Reportagens: Malu Machado, Sônia Jóia, Sílvia Noronha

Fotografias: Wânia Corredo  
Ilustrações: Zope, Dinho  
Editoração Eletrônica: Kátia Regina Fonseca - Tel (021) 222-7367  
Fotolito e Impressão: Tipológica Comunicação Integrada - Tel (021) 224-1366

Tiragem: 20.000 exemplares  
Periodicidade: Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

# Carta Aberta aos Economistas

Dinheiro me dá noção. Mas, na espécie, faço a representação de uma categoria dos economistas. E a esta, faço a representação-se pelos chefes indiscutíveis de nossa direita e de nossa esquerda. Roberto Campos e Conçeição Faures.

Conceito que se aproxima para nossa Pátria um momento solene, quando será mister passar a ofensiva, que deverá superar a crise na qual estamos imersos ainda, mas que amadureceu para solução. Um novo milagre, maior, provavelmente, do que qualquer outro do passado, a julgar pelo potencial oculto acumulados, esta na ordem natural das coisas, isto é, entrou no rol das coisas possíveis e de alta plausibilidade.

Probleta que me qualifique, como signatário desta carta aberta: tenho-me como um homem de esquerda, mas, neste momento, procuro erguer-me acima desta contigência. Afinal, a Nação está cercada de ambas as mãos e, talvez, não haja muitas outras pessoas capazes de tentar fazer-nos ouvir, por igual, pela direita e pela esquerda.

"Lui ci convien lasciare ogni sospetto"  
 "Qui vult convien che sia morto"

Temos um novo governo - um governo de homens predominantemente de direita, como convem aos grandes momentos de transição de nossa história. Uma direita que se me asigura a altura da nossa excelente direita histórica, que fez a Independência, a Revolução-República e o 4 de Outubro de 1930. E esta direita, como aconteceu por ocasião de todos estes fatos, vir-se erigida à posição suprema, sobre os ombros da esquerda.

Quando esta crise, enfim, houver passado, muita coisa terá mudado no País. Terá passado, pelo trabalho de nossas mãos - mas será difícil dizer que revolução terá sido esta, que pensamento terá encarnado. E somente o bom senso nos lembrará que temos estado trabalhando com ambas as mãos, a direita e a esquerda.

Senador Roberto Campos. E mister que Vosmós prepare nossas classes conservedoras - também chamadas classes produtoras - para um passo decisivo. Respiro-me, também, as empresas multinacionais, que para os grupos de fili-buisterios e outros acontecimentos, desde Cabral, com a intenção de enriquecer e retornar às suas origens, mas que aqui ficaram, enterraram o umbigo aqui. Com este passo, uma integração à realidade nacional brasileira ter-se-á tomado inevitável.

Ainda a complicada operação que consistirá, em última instância, na conversão de muitas das nossas atuais concessões de serviços públicos a empresas públicas, em concessões de serviços públicos a empresas privadas. As multinacionais inclusive, misturamos. Quando nosso atual aparelho de intermediação financeira entrar a operar com papéis de créditos senos, hipotecariamente garantidos, esse aparelho entrará a mudar, a converter-se em algo de qualitativamente diferente do que é, e esta mudança se refletirá inclusive sobre a taxa real de juros. E em última instância, e de nascimento do capitalismo financeiro brasileiro que se trata, para criar condições próprias ao pleno uso do potencial produtivo já criado pelo capitalismo industrial.

Por esta operação, o Estado, como primeiro passo, negatará sua dívida interna, em medida a determinar, preparando-se para fazer face ao problema da dívida externa. Como segundo passo, os novos concessionários poderão recorrer ao mercado, oferecendo títulos hipotecariamente garantidos. Não mais a hipoteca fictícia que nos - eu e Vosmós, inclusive - necessitamos no BNDES, Fundação, por tabulamos serem inexecutáveis, mas hipoteca para valer oferecida ao Estado, em troca do seu aval. Não um aval sem lastro, mas um aval hipotecariamente lastreado.

O Estado, único tomador possível dessa hipoteca, colocar-se-á na eminente posição de poder concedente e credor hipotecário. E em caso de inadimplência, poderá tomar os bens e a concessão, passando-os a quem mais der. O resto virá por seu próprio peso.

Conceção Faures: Eu sei, querida amiga, que, com o montanhoso esquema de distribuição da renda que temos, as crises como a nossa estão na ordem natural das coisas. E o preço que pagamos por termos empreendido a industrialização sem prévia resposta agrária - um preço afinal justificado, porque nosso desempenho, visto em perspectiva histórica, tem sido simplesmente brilhante. Não se deve estar longe o dia em que será mister mudar esse modelo, como agora dispomos.

Entretanto, não devemos esquecer que a resposta agrária não é o único meio de mudar, pelo menos transitivamente, a distribuição da renda. Com efeito, o ato de investir implica na conversão de uma grande renda em unidades de pequenas rendas. E claro que, no início da industrialização, quando o Departamento I do sistema era ainda pre-industrial, o multiplicador de emprego do investimento - vale dizer, me obrigaste a intervir, para discutir esse assunto!

Não obstante, esse efeito não é suficiente para o mesmo efeito final sobre a distribuição da renda, sendo mister investir mais do que antes, e isso deverá resultar do surgimento do capitalismo financeiro brasileiro, como disse antes ao senador Roberto Campos. É claro que temos que trabalhar para tirar da categoria de nossa nova presidente da República os preconceitos contra as obras faraônicas. Afinal, o limite do capital e o próprio capital, sob vários pontos de vista. Ora, temos mais de obra sobrando e muita capacidade ociosa, tanto no Departamento I, como em outras atividades ad hoc integráveis neste. Nenhum investimento seria excessivo se for compatível com esse potencial.

Embora o nosso velho Presidente seja um velho temeroso, temos que fazer-lo mudar de ideia. Rinda que seja provando-lhe que, sem o pleno emprego do potencial produtivo já criado, o inflação se torna fatal.



P.S. Sr. Presidente Tancredo Neves. O País carece de trabalhar com ambas as mãos que, para os fins que aqui nos ocupam, devem ser as mãos de U. Excza. Como um só homem, como também se diz. A materialidade de que a Nação se prova no incidente da investidura do governo de U. Excza. deve ser posta em evidência, uma e muitas vezes. E ambas as mãos serão necessárias.

22 de março de 1985

**Ignacio Fangel**

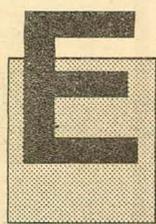
# A perda de um mestre: Ignacio Rangel

Luiz Carlos Bresser Pereira

*"Inácio Rangel trabalhou comigo, nos bons tempos do antigo BNDE, no Plano de Metas que, com Lucas Lopes, eu formulei e dirigi para Juscelino*

*Kubitscheck. Lembro-me muito bem dele, sério, intenso, com uma grande vocação para o debate, não raro algo doutrinário, mas sempre da mais absoluta honestidade intelectual. Tenho, aliás, o prazer de dizer que quando Rangel, e alguns outros rapazes, que haviam feito concurso para o Banco, estiveram ameaçados de não ser nomeados por causa de seus passados de esquerda, eu a isso me opuz tenazmente, insistindo que eles só teriam a responder pelos comportamentos no exercício do cargo, definido pelos regulamentos e decisões da Diretoria e do Conselho, nunca pelas suas opiniões. Rangel, que não tivera, pelas circunstâncias de sua vida, e pelas limitações o estudo da economia no Brasil daquele tempo, o que poderíamos chamar de uma preparação formal de tipo padrão. Mas surpreenderia pela interessadíssima capacidade de ir descobrindo a teoriva relevante à medida em que pensava sobre os assuntos, e sempre com um raro entusiasmo do espírito. Ele merece o reconhecimento de todos nós".*

Roberto Campos



Em março deste ano faleceu Ignacio Rangel, um mestre do pensamento econômico brasileiro. Um economista autodidata, que logrou realizar contribuições definitivas para a compreensão do desenvolvimento e da inflação brasileira. Ignacio Rangel era um economista estruturalista e keynesiano, que sempre pensou os problemas econômicos com originalidade e imaginação. Seu livro mais importante, *A Inflação Brasileira*, é um clássico da literatura econômica. Nesse livro, Rangel descobriu que a oferta de moeda é antes endógena do que exógena, de forma que o Banco Central está longe de ter o poder que lhe atribui de controlar perfeitamente a oferta de moeda. Outros economistas, como Wicksel e Joan Robinson, já haviam intuído este fato, mas Rangel foi o primeiro a expor cabalmente as razões para o fato. Hoje, esta idéia já foi adotada pelos economistas keynesianos, e cada vez mais a teoria econômica dominante é obrigada a reconhecer que a economia tem uma dinâmica que lhe é própria, não se submetendo facilmente às diretivas das autoridades econômicas.

Com a Revolução de 1964, Rangel foi compulsoriamente aposentado do BNDES. Por algum tempo permaneceu no ostracismo. Até que, em 1972, vem a São Paulo participar da reunião da SBPC, e traz um artigo baseado na teoria dos ciclos de Kondratieff. Nesse artigo, previa que em breve a economia mundial entraria em uma grande crise, embora naquele momento no Brasil vivêssemos em ritmo de milagre, e no resto do mundo as taxas de crescimento continuassem muito favoráveis. Um ano depois suas previsões se confirmavam. Nos últimos vinte anos, desde 1973, as taxas de crescimento no primeiro mundo foram a metade do que foram nos vinte anos anteriores.

Rangel sempre pensou na economia como sendo um processo histórico, cíclico e dialético. A idéia de que a economia tem uma dinâmica própria, determinada pelo mercado e pela tecnologia, não podendo ser alterada ao bel-prazer dos formuladores de política econômica, foi sempre um dos traços marcantes do seu pensamento. A inflação, para ele, não era a mera consequência de descontrole do gasto público, mas uma forma através da qual a economia se defende da tendência cíclica à capacidade ociosa. Além disso, era o resultado do poder monopolista das grandes empresas devedoras e compradoras, que aumentavam suas margens e em seguida as mantinham rígidas, mesmo em caso de recessão.

Rangel foi formado na escola estruturalista da CEPAL, onde dominava o pensamento de Raul Prebisch, Celso Furtado, Anibal Pinto e Oswaldo Sunkel. Formado em Direito pela Universidade do Maranhão, onde nasceu, seu único estudo

formal de economia foi um curso, em meados dos anos 50, na Comissão Econômica para América Latina. Isto não impediu, entretanto, que Rangel, da mesma forma que criticava as interpretações ortodoxas (monetaristas e keynesianas) da inflação, criticasse também as teorias estruturalistas, que julgava insuficientes.

Ignacio Rangel foi sempre um homem de esquerda. Na sua juventude foi comunista e marxista. Isto lhe custou a prisão em 1937. Já no Rio de Janeiro, nos anos 40 e 50, tornou-se um keynesiano e um cepalino desenvolvimentista, preocupado com o grande projeto nacional de industrializar o Brasil. Para isto participou da fundação do ISEB, uma instituição que repensou o Brasil de forma radical nos anos 50 e definiu seu grande projeto de desenvolvimento. No Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Ignacio Rangel foi o grande economista, enquanto Hélio Jaguaribe era o grande cientista político, e Guerreiro Ramos, o grande sociólogo.

Rangel, possuía uma concepção original da história brasileira: a teoria da "dualidade básica" da economia e da sociedade no Brasil. Uma dualidade que, através de um processo cíclico de longa duração, levava o sócio menor de uma determinada fase histórica a tornar-se o sócio maior na fase seguinte. A partir dos anos 30, a oligarquia substituidora de importações tornara-se o sócio maior, enquanto a burguesia industrial assume o papel de sócio menor. Depois da segunda guerra mundial, os industriais assumem o papel de sócios maiores. Rangel, entretanto, não soube explicar porque, em 1964, aceitaram tão facilmente a tutela da burocracia civil e militar. Também não soube dizer porque, após o colapso do regime militar, a burguesia industrial não se tornou, ao contrário do que se esperava, a verdadeira dirigente do país.

Rangel aprendeu com Marx, com Keynes, com Schumpeter. Entretanto, como acontece com todo grande intelectual, ele era antes de mais nada um homem livre, capaz de pensar por conta própria. Por isso abandonou muito cedo o comunismo. Por isso nunca pode ser enquadrado como um típico economista estruturalista, ou um típico economista keynesiano.

Rangel, além de economista teórico que publicou muitos livros, foi um homem de ação. Foi um dos principais assessores de Getúlio Vargas, especialmente em seu segundo governo, entre 1950 e 1954. Depois, foi economista do BNDES. Juntamente com seu grande amigo, há muito falecido, Jesus Soares Pereira, teve um papel importante na criação das grandes empresas estatais brasileiras, particularmente a Petrobrás e a Eletrobrás, que teriam um papel tão decisivo no desenvolvimento do Brasil.

Seu compromisso fundamental era com o desenvolvimento do Brasil. Para alcançá-lo, não se deixava levar por ideologismos de direita ou de esquerda.

Para um país se desenvolver o fundamental era investir. E investimentos só podiam ser realizados se financiados. Logo, pragmaticamente, buscava saber como seria possível financiar o desenvolvimento. Em um certo momento, esse financiamento pode ser feito a partir dos fundos de poupança forçada do Estado. Estimulou essa forma de financiamento. Com a crise do início dos anos 60, essa fonte começou a exaurir-se. Propôs, então, a Octávio Gouvêa de Bulhões, então Ministro da Fazenda, a correção monetária como uma estratégia alternativa. Em meados dos anos 70, porém, a correção monetária começava a apresentar efeitos distorcivos, ao mesmo tempo que a capacidade de poupança forçada do Estado revelava-se definitivamente esgotada. Rangel volta a surpreender a todos ao ser o primeiro a propor a privatização das empresas estatais, que ele ajudara a criar. Em 1978, no pós-fácio da terceira edição de seu livro sobre a inflação, que eu o convenci a escrever, Rangel diagnosticava a crise do Estado e propunha que, através de uma nova lei de concessão de serviços públicos, o setor privado se responsabilizasse de forma crescente pelos investimentos públicos de infra-estrutura.

Rangel era um homem preocupado com a distribuição de renda. Mas o respeito às tendências endógenas da economia era nele dominante. Por isso, quando nos anos 50 e 60 a reforma agrária foi transformada pela esquerda em uma condição sine qua non do desenvolvimento brasileiro, Rangel discordou. Era pessoalmente favorável à reforma agrária, mas observava que esta, que fora essencial nos países desenvolvidos para criar o mercado interno, não o era no Brasil em 1950, quando a indústria contava com o mercado cativo originado na substituição de importações. Hoje, quando a substituição de importações há muito se esgotou, e a criação de um mercado de massas não é apenas uma questão de humanidade, mas uma condição para a retomada sustentada do desenvolvimento uma vez alcançada a estabilização, talvez Rangel revisasse sua análise e desse à reforma agrária a importância estratégica que há 30 anos ela não tinha.

Ignacio Rangel parte em um momento de grandes incertezas para o Brasil. Depois de uma crise que já dura catorze anos. Rangel, entretanto, era antes de mais nada um otimista. Que acreditava nas potencialidades do Brasil. A inflação era um sintoma de crise, mas como a crise é cíclica, ela terá que ser superada, na medida em que os recursos existentes nos setores com capacidade ociosa sejam transferidos para os novos setores dinâmicos. Então um novo padrão de financiamento do desenvolvimento afinal se delineará. Rangel não teve tempo de presenciá-lo, mas seus discípulos e amigos, que são muitos, não esquecerão seus ensinamentos e sua inspiração.

# Ignacio Rangel e os economistas de minha geração

*Dionísio Dias Carneiro*

**M**inha experiência com Ignacio Rangel é *sui generis* sob vários aspectos. Rangel foi um amigo que herdei de meu pai, seu companheiro de juventude em São Luís do Maranhão. A origem de nosso contato é ainda mais remota, pois foi uma amizade longa entre seu pai José Lucas Rangel e meu tio-avô Severino Dias Carneiro, que abriu espaço para um dos mais importantes e curiosos eventos de sua vida, sua primeira prisão ao tentar, como estudante de Direito e revolucionário comunista, fazer com que operários de uma fábrica de tecidos tomassem pelas armas o quartel do 13º Batalhão de Caçadores.

Foi preso com um livro que atestava sua culpa: um exemplar do *Précis d'Économie Politique*, de Charles Gide, perigoso economista revolucionário francês, segundo entendeu a polícia política de Getúlio. O livro continha uma dedicatória de meu tio-avô ao seu pai e lhe valeu uma ficha policial de **economista**, e tal dedicatória serviu de evidência para que a imprensa da época noticiasse, no Rio de Janeiro, o envolvimento de dois juízes federais com o movimento comunista no Nordeste! Anos depois, já formado em Direito, gostava Rangel de dizer com orgulho, aos que perguntavam se era comunista, que havia sido diplomado pela polícia política de Getúlio, que não só o havia fichado como tal, mas lhe havia oferecido a oportunidade de estudar Marx na prisão.

Dentre as lembranças mais remotas de nossa convivência estão discussões devastadoras, à mesa do almoço em Brasília, no verão de 1962, acerca dos rumos que tomava o que viria a ser o Plano Trienal de Celso Furtado. Eu era apenas um estudante do 2º grau e ficara muito impressionado ao ouvir o vaticínio de Rangel, de que o plano era não só inviável, mas que levaria à derrubada de Jango. Tendo dito isso ao Presidente, lamentava Rangel que a vaidade dos economistas e a precariedade das instituições políticas brasileiras fizessem um par com tanto potencial para o progresso econômico e social. Por força de minha impertinência, ganhei de presente o primeiro volume da *Introdução à Economia Política*, de Henri Guitton, para, segundo a dedicatória irônica, "iniciar meus

estudos de economia". A digestão lenta dos debates que presenciava e das idéias contidas no livro consumiu o resto de minhas férias escolares, mas ensinou-me três coisas que não consegui esquecer: que economia era mais difícil do que parecia à primeira vista, que o fracasso dos programas econômicos poderia estar determinado antes mesmo dos planos serem conhecidos do grande público e que economistas brilhantes eram mesmo muito poderosos, pois podiam, com a força de suas idéias erradas, derrubar presidentes.

A capacidade de reflexão independente e de crítica de Ignacio Rangel foram sempre o traço marcante que constituíram seus ensinamentos mais importantes para os economistas que tiveram a sorte de poder com ele conviver. Sendo um marxista *sui generis*, foi por sua recomendação que vários da minha geração tomaram contato com um outro tal espécime, professor por longa temporada no Departamento de Economia da Universidade de Chicago, antes de tornar-se ministro na Polônia comunista, Oskar Lange, que introduziu a vários de nós a teoria do Equilíbrio Geral Walrasiano, visto pela esquerda estudantil de meu tempo como a marca registrada dos inimigos do povo. Foi através de sua influência, à qual se juntou a de outro santo de minha devoção, Oscar Ediwaldo Portocarrero, que me interessei, como outros do meu tempo, pela econometria, atrás das evidências empíricas sobre os ciclos longos como os de Kondratieff que tanto o encantavam como movimento histórico. Foi fascinante descobrir que os que se dedicavam na década de sessenta e setenta a estudar e estimar modelos macroeconômicos e os que, como Rangel, buscavam decifrar os chamados "processos cíclicos inexoráveis" estavam na realidade em busca da mesma coisa. Afinal, um ciclo de Kondratieff é para os que lidam com séries de tempo apenas um pico acentuado de baixa frequência na densidade espectral da série de produto e que é de difícil identificação dada a precariedade (e a raridade) das séries longas em economia.

Uma de suas frases memoráveis nos anos sessenta rezava que os instrumentos do colonialismo no Brasil eram a "desfaçatez da direita, a imbecilidade das esquerdas (no plural) e o déficit em conta-corrente no balanço

de pagamentos". A perda de importância do terceiro instrumento quando se tornaram mais restritivos os hiatos fiscal e de poupança desde o fim "prático" da crise da dívida externa não impediu que os demais agissem contra os interesses nacionais.

Seu espírito crítico e sua paixão pela *praxis* nem sempre lhe produziram alegrias pois invariavelmente estava pronto para se opor às "imbecilidades" de onde quer que elas viessem. Das esquerdas, quando estas não entendiam que as recomendações de política podem ser convenientes ou não dependendo das restrições efetivas ao crescimento econômico. Foi o caso, por exemplo, de quando combateram sua posição pioneira em favor da privatização e da associação com o capital estrangeiro como forma de reativar os investimentos em setores estratégicos, idéia que defendeu com o mesmo entusiasmo e independência com que apoiava, por exemplo, Roberto Campos, execrado por suas posições coerentes a favor do capital estrangeiro, quando este lutava pela criação da Eletrobrás. Seu ensinamento em tais episódios era sempre de que o julgamento de uma medida de política econômica não deveria depender de que forças a estão apoiando, mas de uma análise dos resultados para o futuro da economia brasileira. Minha própria imbecilidade não escapou à sua crítica, quando, ainda entusiasmado pelos primeiros resultados do plano Cruzado, lhe dizia que a grande vantagem da inflação zero era expor as inconsistências mais gritantes da economia, que se refletiam nos preços relativos, ao que me respondeu com a calma dos sábios: "E você acha mesmo que isso é bom?"

O legado maior de Rangel para os que tiveram a felicidade de com ele conviver foi assim, sua integridade intelectual, que não lhe permitira dar tréguas ao espírito crítico quando ouvia ou lia os erros dos amigos ou dos aliados. Tal espírito crítico lhe permitiu angariar o respeito e a admiração de tantos colegas economistas independentemente da filiação ideológica ou partidária, mas lhe valeu inevitável ressentimento provocado pelas vaidades atingidas. Pior para os vaidosos, melhor para o Brasil.

Foi-se Rangel, pior para o Brasil.

*A memória de Ignacio Rangel permanecerá no coração de seus companheiros do movimento de renovação de economistas dando-nos ânimo para continuar a luta pela democracia e por um novo modelo de desenvolvimento para a sociedade brasileira. Mestre Rangel foi durante muitos anos um otimista tanto nas possibilidades dinâmicas do capitalismo brasileiro e mundial quanto no potencial de desenvolvimento dos países do socialismo real em particular da ex URSS. Desde 1990 porém, estava em sérias dúvidas sobre o desenlace feliz de ambos os sistemas. No caso brasileiro começava a ter dúvidas sobre a capacidade do Estado e do empresariado brasileiro serem capazes de se entender para sair deste "cotovelo da história". Devo a Mestre Rangel pessoalmente, mesmo antes de ter escrito o seu livro sobre inflação, o interesse por autores clássicos que pensaram a questão financeira. Dediquei-lhe o primeiro ensaio que escrevi sobre o assunto em 1967. Continuo lutando como ele para que, hoje mais do que nunca, os economistas progressistas se dediquem ao estudo das questões financeiras, que continuam se agravando tanto no mundo como sobretudo no Brasil. Mestre todos os que sobrarmos, continuaremos a sua luta, para devolver às novas gerações, se não o seu otimismo, sua coragem e perseverança. Descanse em paz.*

Maria da Conceição Tavares

## O Pensamento independente de Ignacio Rangel

*Ricardo Bielschowsk*

Ignacio Rangel foi o mais criativo e original analista do desenvolvimento econômico brasileiro. Formou-se em direito em sua terra natal, Maranhão, e estudou história e economia como autodidata. Trabalhou em várias instituições fundamentais no processo de desenvolvimento do pós-guerra: na Assessoria Econômica de Vargas, participou da elaboração do projeto da PETROBRÁS e ELETROBRÁS; no BNDE, participou da execução do Plano de Metas e foi, por um período, chefe do seu departamento econômico; no Conselho de Desenvolvimento, coordenou uma série de estudos e análises oficiais sobre a economia brasileira. Foi-lhe possível, dessa forma, observar do ângulo privilegiado de alguns dos principais centros de decisão econômica do País. Militou intelectualmente nesses órgãos e também no ISEB, em centros universitários e no Clube dos Economistas.

A expressão "militância intelectual" não é inadequada, pois Rangel foi não só um pensador com profunda consciência do seu engajamento político no processo de transformação da sociedade brasileira, como escolheu mesmo a via intelectual como a forma principal de sua contribuição política pessoal. No prefácio a seu Livro mais famoso, *A Inflação Brasileira*, diz-nos que seu trabalho em economia "foi motivado desde o princípio por preocupações jurídicas e políticas". Sobretudo políticas, acrescentaríamos.

Nos anos 30, participou da Aliança Libertadora Nacional, que lhe custou prisões e dissabores nos melhores anos da juventude. A leitura de sua obra completa dá-nos a impressão de que seu trabalho intelectual é uma espécie de crítica à avaliação que a esquerda vinha fazendo, desde o princípio do movimento de 35, sobre as condições revolucionárias existentes no País. Dá a impressão de que considerou, num certo ponto de sua vida, que se deixara guiar idealisticamente na juventude por uma transposição mecânica de teses revolucionárias estranhas à realidade brasileira. E que, daí para a frente, sua grande obsessão passou a ser o entendimento dessa

realidade através de análises que recusavam o uso de teorias importadas sem a devida adaptação às condições históricas específicas do País.

A obra de Rangel corresponde a um original ensaio de adaptação do materialismo histórico e da teoria econômica à análise do caso brasileiro, que o autor empreendeu com o sentido de uma busca sistemática do entendimento da universidade e da especificidade das leis de formação histórica e de funcionamento da economia brasileira. Para ele, a especificidade dessa formação "não quer dizer que a economia que estudamos em livros estrangeiros e adotamos em nossas escolas não seja científica. Significa que, afora a técnica de tratamento dos fenômenos econômicos (...), tudo muda na ciência econômica ao mudar a realidade estudada".

Nessa busca, Rangel construiu um quadro analítico original, com o qual teorizou sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. A marca de sua própria teoria está presente em suas análises, especialmente nas suas discussões sobre planejamento, reforma agrária, inflação e crise do início dos anos 60.

Divergiu, nesses trabalhos, de todas as correntes de pensamento então existentes. Essa independência, custou-lhe considerável solidão intelectual. Defensor do planejamento econômico, apoiava os trabalhos do BNDE e do Conselho de Desenvolvimento, mas discordava das concepções correntes sobre o tema. Nacionalista e socialista, era um participante entusiasmado da vida intelectual de núcleos como o ISEB e o Clube dos Economistas, mas não compartilhava nem das análises e sugestões da política econômica da CEPAL, nem das interpretações de intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro sobre a etapa histórica que se vivia. Teve a coragem de enfrentar, sozinho, as correntes de pensamento preponderantes, inclusive na explosiva questão da reforma agrária. Fê-lo com grande determinação, armado da interpretação pessoal do desenvolvimento econômico brasileiro que corresponde à sua importante contribuição.

*"Tive o privilégio de conhecer Ignacio Rangel em 1973, quando ingressei como estagiário no BNDE. Aprendi com ele muito mais do que em todos os anos de Universidade. Mas Rangel não era apenas um "professor" de economia, com sua visão reconhecidamente original e coerente da economia brasileira. Rangel foi um exemplo de dignidade, competência e espírito público absolutamente raro no Brasil de ontem, hoje e sempre."*

Elcio Mário Schroeder

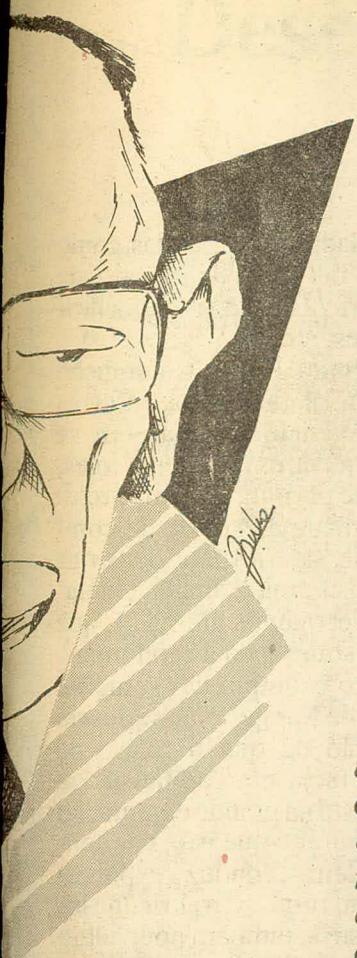
*"Tenho que falar de Rangel, como economista, professor, mas também como pai. Pois ele dizia sempre que eu era sua filha. Nesta condição, o que ele me deixou foram as lembranças das histórias do Maranhão, de sua vida revolucionária, dos anos de prisão, de sua riquíssima vida profissional, do seu amor pela poesia. Me encantava a sua paixão pela sua mulher Alliete. Como o mais brilhante dos economistas brasileiros, sempre me impressionou a sua capacidade de entender os movimentos da economia deste país, de forma muito original, de apontar os caminhos para sua superação. Sempre lhe disse que ele tinha o defeito de enxergar, pelo menos, dez anos na nossa frente. O que muitas vezes nos deixava, nós os "seus alunos", confusos. No BNDES, ele foi para muitos o professor. Sempre presente, acessível, respondendo às nossas dúvidas, nos mostrando os problemas e nos ajudando a encontrar as soluções. Muitas vezes levantávamos uma questão e, no dia seguinte ele retornava com um artigo que esclarecia os diversos aspectos do problema apresentado. Sei que representávamos para ele, desta forma, um estímulo ao seu trabalho intelectual. Para mim, Rangel foi uma pessoa que viveu uma vida inteira, trabalhou com prazer, deu o seu recado e vai estar sempre presente."*

Maria do Rosário Rodrigues de Pizzo

*"O homem, o intelectual, o político Ignacio Rangel se propôs uma tarefa basilar: a luta para a "solução do problema geral da economia brasileira", expressão sua. Esta luta, ele empreendeu dia-a-dia com entusiasmo, municiado por um arcabouço teórico - fundamentado em Marx, principalmente, e em Keynes - poderoso, único em nossa literatura econômica. Não creio que deva citar um ou outro título de sua obra, pois para mim ela constitui um conjunto formado por peças estruturais. A Rangel, pessoalmente, devo, entre outras coisas, o cerne do meu conhecimento em economia política brasileira."*

José Carlos de Castro





*"É verdade que o professor Rangel tem um reconhecimento pelas suas contribuições à economia brasileira. Mas, também é verdade que ele foi pouco compreendido. "A Dualidade Básica Brasileira", bastante criticada, é a base de todo o seu pensamento, que possibilitou outros trabalhos brilhantes, sempre muito elogiados, como "A Inflação Brasileira". O professor Rangel foi também um notável marxista. Até mesmo no sentido de criticar o próprio Marx."*

Antônio Luiz Barbosa

*"Ignacio Rangel tinha uma característica que o distinguia: a extrema seriedade com que defendia seus pontos de vista. Um pensador de grande postura ética, um homem que estudava profundamente o tema a que se dedicava, demonstrando que respeitava seus leitores, mesmo aqueles de quem divergia."*

*Ele tinha a virtude do equilíbrio e uma interpretação inteligente dos problemas brasileiros."*

Antonio Delfim Netto

*Tem sido dito que a humildade é própria dos sábios. Rangel, ao longo da sua vida, comprovou que assim é, e o fez como era o seu estilo, de maneira equilibrada, em total harmonia. Assim, o homem que desenvolveu as mais brilhantes análises sobre nossa economia e que chegou a criar, como já foi dito alhures, uma teoria geral da sociedade brasileira, era o mesmo homem que, afetuosamente, debatia questões da maior importância com jovens economistas e estudantes, ouvindo com paciência suas não raro equivocadas verdades, e ensinando-lhes coisas que nos cursos regulares teria sido impossível aprender. Ao Professor rendemos a nossa homenagem, agradecidos por tudo aquilo que generosamente nos ensinou, pelo que fez por nós economistas, pela nossa disciplina e, sobretudo, pelo nosso país."*

Arthur Câmara Cardoso

*"Tive o privilégio, por mais de 30 anos, de conviver com Ignácio Rangel, estabelecendo-se entre nós profunda amizade, iniciada quando eu ainda era estudante e ele já um dos mais respeitados intelectuais brasileiros. Generoso, paciente e tolerante, revelava duas características só nele encontradas: a tentativa de interpretar os problemas brasileiros segundo ângulos próprios, em geral não percebidos por outros economistas, e o gosto pela formação de jovens profissionais, aos quais, com paciência incomum, transmitia toda a sua experiência. Estamos todos profundamente sentidos com seu desaparecimento."*

José Clemente

## A Economia Política dos Ciclos Brasileiros

Márcio Henrique Monteiro de Castro

Até o mais desatento leitor não deixará de perceber, na leitura da obra de Rangel, a instigante combinação entre a teoria econômica e a análise histórica.

A análise da economia brasileira baseada em teorias cíclicas e sua combinação com a teoria da dualidade básica da economia brasileira é, talvez, o momento mais favorável para observarmos esta síntese original.

Rangel constrói uma explicação da dinâmica da economia brasileira identificando dois movimentos cíclicos: Kondratiev e Juglar.

As "ondas largas" são movimentos gerados pelas economias centrais. Para Rangel, sua explicação reside na síntese de novas técnicas, que são o motor primário desse movimento cíclico, à semelhança de Schumpeter.

A influência do Kondratiev na economia brasileira dá-se através da intensidade e natureza das relações, que são estabelecidas com as economias centrais por nossa economia periférica. Não só o volume do comércio exterior e as articulações financeiras variam segundo as fases de um mesmo ciclo, ou, mais ainda, de ciclo a ciclo, como, respondendo aos movimentos externos, a sociedade brasileira modifica sua estrutura econômico-social através "das leis tendenciais que imperam respectivamente... cada uma em seu próprio campo". É esta combinação de relações de produção internas e externas que forma a dualidade - conceito básico da obra de Rangel.

Esta dualidade, que se origina nas duplas determinações das leis tendenciais, tem uma expressão política no pacto de poder das classes dirigentes.

"Os ciclos de Juglar, característicos do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial, na Europa, do século XIX", também podem ser encontrados no Brasil. O processo de industrialização, sob a forma de substituição de importações, gerou marcantes ciclos industriais. Observe-se que, enquanto o ciclo de Kondratiev tem sua explicação na economia internacional, o nosso Juglar é explicado pelos movimentos internos da formação sócio-econômica - o processo de acumulação de capital e

suas soluções institucionais adjacentes.

A relação entre os dois ciclos são complexas e de naturezas distintas. Do ponto de vista econômico, o Juglar surge quando, em resposta à fase B do terceiro Kondratiev, a economia brasileira inicia seu processo de industrialização. Entretanto, do ponto de vista político, a passagem da fase A para a fase B provoca uma modificação no pacto político dirigente. Vale dizer, o Kondratiev determina (com inúmeras mediações, é verdade!) o pacto político que irá administrar os movimentos do ciclo de Juglar.

Agora, apenas para estimular a curiosidade do leitor, cabe sublinhar que a forma e a intensidade do ciclo industrial está relacionada ao pacto político. Uma industrialização sem prévia reforma agrária e, portanto, com renda concentrada, produzirá movimentos cíclicos intensos e definidos. A superação dessas "taras", entretanto, está na dependência de modificações que se ligam também ao Kondratiev.

As pessoas que trabalham com economia política sempre terão em Rangel uma matriz sólida e original.

*"Com Rangel mantive longa amizade, a partir de minha infância. Fomos alunos do Liceu Maranhense. Àquela época, ele pregava idéias da Aliança Nacional Libertadora. Pagou caro por isso: algum tempo de cadeia e, por cerca de oito anos, domicílio coacto na ilha de São Luís (era, então, o melhor lugar do mundo, mas com liberdade...). Neste "flash" resalto, apenas, um de seus méritos, qual seja a sua arraigada fidelidade à economia como uma ciência social, posição humanista inversa à de profissionais que estão por aí governando males. Os principais interesses de Rangel eram o desenvolvimento do Brasil e o bem-estar de seu povo e do povo do mundo. Foi um estudioso, de rara inteligência, excelente profissional, servidor público de primeira linha, homem de idéias e amigo"*

Sylvio Wanick Ribeiro

# Ignacio Rangel e a questão agrária

Maria José Cyhlar Monteiro

*“...supúnhamos que, sem essa reforma agrária, a industrialização não teria futuro. Um equívoco que nos custou caro, até porque nossa industrialização se faria sob a hegemonia do latifúndio feudal e não contra ele.”*

**A**

firmações como a da epígrafe, repetidas com frequência por Rangel, bem como a ênfase dada às suas importantes análises sobre a inflação e o ciclo econômico, fizeram com que as idéias do mestre a respeito da questão agrária recebessem menor atenção do que deveriam.

Pensador sempre original, Rangel publicou, em 1962, *A Questão Agrária*, obra em que desenvolveu seus estudos sobre o tema. Retomou-o várias vezes em artigos e conferências.

Sua convicção de que a atividade agrícola estava fadada a seguir a trajetória da grande exploração e do assalariamento choca-se com evidências de que, mesmo nas economias capitalistas mais avançadas, há predominância da produção familiar ou de que, no mundo moderno, estão disponíveis tecnologias que, através do aumento da produtividade da terra, permitem uma exploração rentável das pequenas unidades, isso sem mesmo considerar a coexistência de sistemas de produção diversificados.

Isto, contudo, não obscurece o fato de que Rangel conseguiu destacar aspectos de fundamental relevo para o entendimento da problemática rural brasileira, ainda mais quando, deixando de lado a discussão sobre a viabilidade de uma agricultura patronal, baseada no trabalho assalariado, constata-se que, em países com grande extensão territorial, as modernas técnicas de cultivo permitem, e até obrigam, a existência de

uma agricultura familiar de ampla base fundiária, com as conseqüentes repercussões sobre a expulsão de mão-de-obra do campo.

Relendo *A Questão Agrária* mais de trinta anos após sua publicação, surpreende verificar como Rangel já analisava alguns dos problemas que hoje nos aparecem como se fossem fenômenos novos.

Podemos resumir esses enfoques em alguns eixos principais<sup>1</sup>:

a) racionalidade da passagem do latifúndio feudal para o “latifúndio capitalista”, dispensando uma reforma agrária que instituisse a propriedade familiar;

b) relação entre produtividade da terra e produtividade da mão-de-obra como função da abundância/escassez do respectivo fator de produção (antecipando, de certa forma, uma abordagem que só quinze anos mais tarde viria a ser utilizada por Hayami-Ruttan, desta feita num contexto neoclássico);

c) passagem do latifúndio feudal para o “latifúndio capitalista” como fator de uma nova reestruturação das atividades primária, secundária e terciária (aproximando-se, de certa forma, do moderno conceito de “agobusiness” como locus da atividade agropecuária); e

d) constatação de que o obstáculo à reforma agrária não é de ordem jurídica, mas sim econômica, posto que os preços da terra são elevados, na medida em que esta é, também, um ativo financeiro, reserva de valor. Portanto, a resolução da questão agrária passaria por uma reforma do sistema financeiro.

Muito posteriormente, em 1989, o mestre escreveu *A Queimada e a Ecologia*. Texto não muito conhecido por ter sido publicado em *Agroanalysis*, periódico editado pelo Centro de Estudos Agrícolas da FGV e dedicado à análise da conjuntura agrícola, é, no entanto, extremamen-

te rico e nos revela um Rangel preocupado com o verde: “De Gonzaga para cá, a natureza foi, não apenas dominada e amansada, como assassinada. Um assassinato que implica também suicídio da humanidade.” E em sua conclusão afirma: “Isso não significa que a fazenda capitalista seja intrinsecamente conservadora de terra. Muitas das mais terríveis devastações que vimos constatando, notadamente na Amazônia, não se devem a pequenos produtores, mas a grandes empresários capitalistas. Mas o caso é que esta devastação não é obrigatória, no caso da empresa agrícola capitalista, visto como a tecnologia possibilita um emprego não devastador da terra, ao passo que o pequeno produtor, não tendo acesso à tecnologia moderna - equipamento mecânico, química e ciência agrônoma - obrigatoriamente terá de recorrer ao método descrito por Dirceu”.

No artigo Rangel retoma uma idéia que já fora desenvolvida em *Questão Agrária e Agricultura (Encontros com a Civilização Brasileira nº 7, janeiro de 1979)*, segundo a qual o grande problema decorrente da inevitabilidade da grande agricultura capitalista era a constituição de um excedente de mão-de-obra, que assume o caráter de um “teratológico exército industrial de reserva”.

Este excedente de mão-de-obra, segundo Rangel, surge não porque a agricultura seja incapaz de absorver o trabalho agrícola. Na verdade, a grande propriedade agrícola transforma o pequeno produtor de subsistência em semi-proletário agrícola, até com vantagens para o próprio bóia-fria. Mas, por outro lado, é incapaz de ocupar o “tempo morto” (do pequeno agricultor e de sua família) que o caráter sazonal da agricultura implica e que, no regime de agricultura de subsistência, é utiliza-

do em atividades não agrícolas, como construção de moradia, reparo de cercas, fabricação de implementos rudimentares, etc.

Assim, para Rangel, a solução não está em se fazer uma reforma agrária convencional, mas em se redistribuir terra, em pequenos lotes, de modo que permita ao semi-proletário “auferir uma espécie de complemento de salário [para construir sua casa, fazer uma reduzida plantação e criar pequenos animais] que repercutirá sobre toda a economia”.

Eis outro exemplo das soluções inovadoras de Rangel. Não se desvia da convicção de que o futuro da agricultura (seja ela capitalista ou socialista) está na grande exploração moderna e admite que isto, nas condições brasileiras, conduz à expulsão de população rural, sem abrir-lhe lugar na indústria, também poupadora de força de trabalho. Em conferência proferida na III Semana de Geografia das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, Rangel afirmou que “Este fato [a expulsão] neutraliza, do ponto de vista da sociedade como um todo, parte das vantagens decorrentes do aumento da produtividade do trabalho” e propôs que: “As “sobras” de mão-de-obra poderiam ser utilizadas, com proveito, nos quadros de uma economia natural - ou voltada para o mercado municipal - que viesse a ser recomposta em novas bases, não como alternativa à economia capitalista, mas como seu complemento”.

Muito mais se poderia escrever sobre Rangel e suas reflexões sobre questão agrária. Mas talvez seja melhor esperar que sua obra, como merece, venha a ser mais difundida, lida, estudada e assimilada. Aí então, creio, muito mais de suas idéias serão aproveitadas convenientemente.

<sup>1</sup>Ver a este respeito, Ignacio Rangel: *Economia Brasileira Contemporânea*

*“Rangel, às vezes encanta, às vezes surpreende, pelo seu imaginoso determinismo: era capaz de ver lógica no vôo de uma andorinha.”*

Antônio Barros de Castro

*“Os economistas brasileiros perderam um dos mais criativos, instigantes e profundo pensador teórico e prático sobre o Brasil. Além disso, perdi um amigo.”*

Carlos Lessa

*“Ignacio Rangel foi um pensador independente, um economista dedicado, de quem se podia concordar ou discordar, mas que sempre suscitava apreciação e respeito.”*

Mário Henrique Simonsen

# Desempenho da Economia Brasileira em 1993

Almir Parente Cronemberger\*

**A**pós três anos de recessão, a economia brasileira fechou o ano de 1993 com crescimento real de 5%, reerguendo o PIB a nível ligeiramente superior ao seu máximo anterior, observado em 1989.

A recuperação da economia no ano passado foi impulsionada por expansão de 9,0% da atividade industrial, acompanhada - em ritmo bem mais moderado - por crescimento de 3,5% do setor de serviços e levemente contrabalançada por declínio de 1,9% da Agropecuária (Tabela 1).

A nível mais detalhado dessas atividades, observa-se que apenas quatro dos doze setores registraram taxa expressiva de crescimento - a indústria de transformação (10,1%), a construção civil (9,6%), o comércio (6,8%) e as comunicações (10,7%) - , contribuindo, em conjunto, com 89% da taxa de expansão do PIB em 1993. A indústria de transformação - devido a sua importância relativa na estrutura da economia - foi responsável por 55% dessa taxa, o que, combinado à sua marcante influência sobre o desempenho dos demais setores, evidencia seu papel fundamental no crescimento econômico do período.

A expansão da indústria de transformação em 1993, como mostra o último resultado da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF, IBGE-DEIND), caracterizou-se pelo crescimento generalizado, com taxas marcadamente diferenciadas, dos diversos segmentos manufatureiros. Os melhores desempenhos ficaram com a produção de bens de consumo durável - com notável avanço de 41% - e de bens de capital - com expansão de 14,9%. A produção de bens intermediários cresceu 6,6% e a de bens de consumo não durável - com desempenho mais modesto - apenas 3,9%.

A despeito da instabilidade e do clima de incerteza que prevaleceu em 1993, o quadro econômico durante o ano apresentou um conjunto de condições objetivas que possibilitaram a retomada do crescimento industrial, ainda que com os desequilíbrios observados. Em primeiro lugar, devem ser mencionadas as mudanças no cenário político e econômico do final de 1992, que estimularam demanda interna - reprimida por quase três anos de contenção do consumo -, impulsionando vigorosamente o ritmo da produção

manufatureira no trimestre seguinte.

Apesar da intensificação do processo inflacionário no período - com a taxa de inflação, segundo o INPC, atingindo 2489%, a maior desde a criação desse índice -, a Pesquisa Mensal de Emprego e Rendimento (PME, IBGE-DEREN) registrou, para 1993, recuperação significativa (cerca de 10%) do rendimento real médio da economia. A mesma pesquisa revela estabilidade - com pequena tendência à elevação (1,4%) - da ocupação, indicando crescimento da massa salarial segundo um padrão tipicamente favorável à expansão da demanda por bens duráveis (bastante elástica com respeito à renda) e de pouco impacto sobre a demanda de não-duráveis.

O excepcional desempenho do segmento produtor de bens duráveis também está ligado a condições mais favoráveis obtidas pelo lado da oferta. Os dois setores desse segmento que mais cresceram - o automobilístico e o de eletroeletrônicos - o fizeram, em grande parte, devido aos preços mais competitivos que levaram a mercado, o que deve ser creditado aos avanços obtidos pelos mesmos nos programas de redução de custos e eliminação de ineficiências que vêm ganhando espaço nas empresas brasileiras. Não menos importante, no caso do setor automobilístico, foi a redução de custos resultante do acordo de preços firmado no âmbito da câmara setorial. (Para avaliação dos efeitos do conjunto dessas medidas sobre os preços desses bens, comparem-se as taxas anuais de inflação, em 1993, do subitem Automóveis Novos e do item Aparelhos de TV e Som, de 2293% e 1866%, respectivamente, com a inflação média, de 2477%, segundo o IPCA-IBGE. Considere-se, ainda, que esses produtos também registraram taxas de inflação acumuladas nos 3 anos anteriores marcadamente menores que o IPCA acumulado no mesmo período.)

A queda na Agropecuária resultou do desempenho negativo de ambos os setores que compõem a atividade. A Lavoura, a despeito de alguns avanços significativos - como no caso da soja, com 18,4% de aumento - fechou o ano com declínio de 1,8%, devido, principalmente, à diminuição das safras de trigo, milho e feijão - produtos relativamente importantes na estrutura da agricultura brasileira. No caso das duas últimas culturas, houve redução da área plantada, por desestímulo de preços mí-

nimos menores que os do ano anterior. Para o trigo - cuja produção vem declinando ano a ano em virtude de dificuldades de comercialização e preços não compensatórios -, observou-se também redução de área e as adversidades climáticas levaram a perdas significativas na safra do produto.

De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA, IBGE-DEAGRO) de dezembro passado, em termos estritamente quantitativos - sem qualquer ponderação -, a safra agrícola alcançou, em 1993, 69,2 milhões de toneladas, maior 2,3% que a obtida em 1992. Este dado justifica, mais explicitamente que o resultado do setor Lavouras, o excelente desempenho do subsetor de máquinas e equipamentos para agricultura, o mais importante na expansão da produção de bens de capital anteriormente observada.

A produção animal diminuiu de 2,1%, com todos os segmentos apre-

sentando desempenho negativo, à exceção da avicultura. Há indicações de queda na demanda por carne bovina em função de preferência por produto de menor preço, com tendência de sua substituição por carne avícola.

Em relação ao início de sua série, em 1980, o PIB médio anual, em 1993, cresceu 23,5%, com avanço expressivo da Agropecuária (35,2%) e dos Serviços (38,3%) e pequeno acréscimo na Indústria (8,0%) (Tabela 1). Nesses últimos treze anos, a atividade manufatureira avançou apenas 2,1% e a de construção civil diminuiu 2,2% - o que evidencia a reduzida base de comparação sobre a qual se realizou a recente recuperação industrial. Com a base mais elevada e dado o baixo nível dos investimentos, pairam sérias dúvidas sobre a continuidade da expansão econômica, no presente ano, no ritmo verificado em 1993.

TABELA 1 - MÉDIA ANUAL DO ÍNDICE DE BASE FIXA DO PIB TRIMESTRAL  
Base: 1980 - 100

SETORES DA ECONOMIA	PERÍODO		VARIÇÃO (%)	COMPOSIÇÃO DA TAXA
	1992	1993		
PIB	117,71	123,54	4,96	4,96
Agropecuária	137,84	135,16	-1,94	-0,27
Lavouras	130,08	127,71	-1,83	-0,15
Prod. animal	149,88	146,74	-2,09	-0,12
Indústria	99,05	107,99	9,03	3,60
Extr. Mineral	193,53	196,41	1,49	0,03
Transformação	92,72	102,05	10,06	2,88
Construção	89,22	97,80	9,61	0,57
Serv. Util. Públ.	190,1	197,18	3,72	0,13
Serviços	133,6	138,31	3,53	1,62
Comércio	103,00	110,03	6,83	0,77
Transportes	135,67	140,46	3,53	0,17
Comunicações	463,17	512,91	10,74	0,45
Inst.				
Financeiras	112,48	110,05	-2,16	-0,01
Governo	125,79	128,22	1,93	0,16
Outros serviços	140,96	141,55	0,53	0,09

FONTE: IBGE/DECNA

# A questão cambial e a criação do Real

Mario C. de Carvalho Jr.\*

**A** introdução da URV e a futura instituição do Real vêm suscitando discussões acerca do regime cambial apropriado à política de estabilização na terceira fase do Plano FHC, e, sobretudo, quanto à relação a ser estabelecida entre a nova moeda nacional e as demais moedas estrangeiras.

Em função disso, os **policy-makers** têm que estabelecer uma relação entre a moeda local e as moedas estrangeiras, não para determinar o preço entre esses dois bens, mas para analisar o "valor real" ao invés do "valor nominal" de uma unidade da moeda local medida em termos de moeda estrangeira. Para ser expresso em termos de uma taxa real, calcula-se um índice que parte da hipótese que a taxa de câmbio entre duas nações tende a se igualar no longo prazo à razão dos níveis de preços observados internamente nestes países. Quando se observa transações entre várias moedas no mercado cambial, estabelece-se uma média dos níveis de preços, ponderada pela participação nas exportações e/ou importações, de forma a se obter uma taxa efetiva a partir desta cesta de moedas. Desvios no curto prazo entre os níveis de preço e das moedas levam a uma situação de sobrevalorização ou de desvalorização cambial, e, quando a taxa de câmbio está sobrevalorizada, observa-se uma defasagem cambial.

A sobrevalorização ou não da taxa de câmbio real é que está sendo debatida nas recentes experiências de estabilização na Argentina, México e, atualmente, no Brasil. O problema principal desse debate é que este está se resumindo, no Brasil, a uma discussão em torno da construção dos índices e da magnitude dos valores observados. Alguns analistas econômicos estão estabelecendo uma nova composição tanto da cesta de moedas quanto da ponderação de comércio, e encontram valores menores. Outros analistas alteram a base na hipótese de que se teria chegado a uma "nova taxa de câmbio de equilíbrio". Ao medir a defasagem cambial através de várias combinações de um mesmo índice, desde que na mesma base, encontrar-se-ão diversas magnitudes, mas todos os índices apontariam na mesma direção. Nessa situação, se discute apenas as consequências e os remédios que o paciente - no caso a economia - terá que adotar para solucionar (ou não) a questão da defasagem cambial.

A fixação em torno dessa questão é decorrência de um sério problema de

informação assimétrica entre os analistas econômicos e os **policy-makers** acerca do regime cambial a ser implantado após o **day-after** da introdução de uma nova moeda - o real. Esse problema é agravado tremendamente quando se observa que já foi feita uma liberalização comercial e financeira antes de se fazer um sério esforço de estabilização econômica. Esta liberalização comercial e financeira condiciona e restringe sobremaneira a tentativa de adoção de um regime de câmbio fixo, restando apenas como opção o regime de taxas flutuantes e/ou o **crawling-peg** (mini-desvalorizações).

Este último regime constituiu-se numa "deliciosa receita de pudim", na concepção de um velho Czar da economia nacional, que permitiu a saída de um regime de câmbio fixo após uma brutal recessão no período 1964/67. Implementado a partir de 1968, a regra de desvalorização assegurou uma estabilidade da taxa de câmbio real que viabilizou o enorme esforço exportador brasileiro até o início dos anos 80. Após a crise da dívida externa, em 1982, assistiu-se a uma gradativa deterioração do regime cambial e da regra de minidesvalorizações cambiais. Em 1983, ocorreu a primeira grande desvalorização real, da ordem de 30%, da história econômica recente brasileira. A própria aceleração inflacionária nos anos subsequentes reduziu a capacidade de uma regra de pós-fixação manter a estabilidade da taxa de câmbio real. Este aspecto explica o elevado desalinhamento da taxa de câmbio real observado nos anos 80, enquanto as mudanças nas regras de gestão do câmbio durante os vários experimentos de estabilização a que a economia nacional foi submetida também contribuíram em muito para o aumento da defasagem cambial.

Isto pode ser observado nas tabelas 1 e 2, onde são apresentadas as dez modalidades de política cambial aplicada e a defasagem observada durante os governos Sarney, Collor e Itamar. No período Sarney foram estabelecidas duas políticas de câmbio fixo, em termos nominais, e quatro regras de indexação. Além disso, foram efetuadas diversas correções cambiais para eliminar as defasagens acumuladas e duas minidesvalorizações compensatórias aos choques de preços e tarifas executados no período dos Planos Bresser e Verão.

O Governo Collor herdou uma elevada sobrevalorização da moeda nacional e um aumento da volatilidade da taxa de câmbio real. Para enfrentar esses problemas decorrentes da má gestão da

política cambial, a equipe econômica que assumiu o poder em março de 1990 resolveu implantar uma flutuação cambial "suja" e que a autoridade monetária manteria o controle sobre o estoque de divisas - pela manutenção de restrições à conversabilidade -, mas recorre ao mercado para obter uma aproximação de equilíbrio. Procedendo desta forma, o governo não precisou arbitrar um preço fundamental e obteve graus de liberdade na condução da política monetária e cambial.

Essa liberdade de ação permitiu que fossem retiradas as restrições à conversabilidade - como a extinção da necessidade de financiamento às importações e do anexo 4 da CVM - de modo que houvesse uma gradual movimentação da conta de capital brasileira. Esta liberalização da conta de capital gerou uma percepção entre as autoridades monetárias que a evolução da balança comercial não seria mais a variável determinante do balanço de pagamentos, mas sim o balanço de transações correntes. Em julho de 1991, as autoridades econômicas começaram a afirmar esta posição, e, em setembro daquele ano, o Banco Central sofreu o primeiro ataque especulativo sobre as suas reservas, devido aos contínuos decréscimos do saldo comercial. Isto mostra que naquela época a expectativa dos resultados da balança comercial influenciava,

sobremaneira, o comportamento do mercado cambial, e, ainda, se constituía num importante determinante do balanço de pagamentos.

É bom observar que, de março de 1990 a setembro de 1991, registrou-se uma desvalorização real de cerca de 30%, sem, contudo, eliminar a defasagem cambial acumulada no último quinquênio. A partir de outubro de 1991 até o final do governo Collor, observou-se um aprofundamento da liberalização financeira e uma gestão cambial que "quase fixava" a taxa de câmbio real. Dado o diferencial observado entre as taxas de juros interna e externa, acumularam-se divisas no Banco Central. Apesar desta regra de intervenção, naquele período constatou-se uma desvalorização real de aproximadamente 8%, que reduziu a defasagem cambial quando comparada ao início do Plano Cruzado.

Após o processo de Impeachment, dada a credibilidade das instituições democráticas e ao diferencial entre as taxas de juros internas e externas, observou-se uma maior entrada de capitais externos na economia brasileira. A entrada desses recursos provocou o acúmulo de reservas e uma forte pressão para a valorização do cruzeiro. Muito embora a regra de intervenção adotada no governo Itamar Franco tenha sido estável, esta não foi capaz de evitar uma

Tabela 1  
Descrição da Política Cambial após o Plano Cruzado

Plano Econômico	Período	Regra de Correção	Indexador	Política Cambial	
				Correção %	Extraordinária Data
Cruzado I	1/mar/86 a	congelada	--	1,81	16/out/86
Cruzado II	15/nov/86 a 31/dez/86	desvalorização diária	cesta de moedas e custo de prod. dos exportáveis	--	--
Cruzado II	01/jan/87 a 15/jun/87	desvalorização diária	INPC-IBGE	8,49	05/mar/87
Bresser	15/jun/87 a 30/dez/87	desvalorização diária	IPC-IBGE	9,50	15/jun/87
Mailson (Arroz com feijão)	01/jan/88 a 15/jan/89	desvalorização diária	IPC-IBGE	--	--
Plano Verão	16/jan/89 a 30/abr/89	congelada	--	17,00	16/jan/89
Plano Verão	05/mar/89 a 30/jun/89	desvalorizações limitadas a 6 vezes ao mês	IGP-FGV	4,50	12/mar/89
Plano Verão	01/jul/89 a 15/mar/90	desvalorizações diárias	IPC-IBGE	5,53 11,89	13/jun/89 01/jul/89
Collor I, II e III	15/mar/90 a final 92	flutuação livre, mas controlada pelo BC	--	16,00	30/set/91
Itamar	jan/93 a mar/94	flutuação livre, mas controlada pelo BC	--	--	--

Fonte: FUNCEX

sobrevalorização de 14% entre janeiro de 1993 a março de 1994.

A finalização do processo de liberalização da conta de capital estabeleceu uma maior subordinação do mercado de câmbio nacional ao mercado financeiro internacional, transformando o primeiro em "instrumento de arbitragem" das decisões de portfólio dos residentes e não-residentes. Em função da completa liberalização financeira, observa-se-á que após o Dia D o governo não adotará nem um regime de taxa de câmbio fixa, nem um regime de minidesvalorização cambial.

É bom lembrar que o programa de estabilização FHC objetiva uma dexeindexação de toda a economia, e, por isso, não há possibilidade concreta de se adotar um regime de minidesvalorização, que significaria, na prática, indexar um preço importante da economia - a taxa de câmbio.

A liberalização financeira observada não permitiria a adoção de um regime de câmbio fixo porque, como não há expectativas de uma gestão conservadoríssima das políticas fiscal e monetária, qualquer "inconsistência" implicaria em alterações nos portfólios dos residentes e não-residentes, com fortes reflexos na gestão da política monetária. Esta última estará fortemente pressionada pelo processo de monetização do real por não se poder prever a priori a demanda por moeda, e, conseqüentemente, como o governo estará disposto em ter alguns graus de liberdade na gestão monetária, então este deverá adotar um regime de flutuação cambial.

No novo regime de flutuação cambial a ser implantado após o Dia D, o nível da taxa de câmbio será decorrência das decisões de portfólio. Esta "nova" determinação implicará num regime cambial com certa liberdade de flutuação das moedas em faixas pré-determinadas. A adoção de **target zone** resolverá a princípio, quatro problemas para o governo. O primeiro é que ele não precisará ficar preso ao intuito de manter um alvo fixo e pré-anunciado, podendo intervir (ou não) a seu critério ao longo da faixa estabelecida. Esta faixa pode ser anunciada de forma transparente para dar maior credibilidade à política cambial, ou pode ser somente um alvo de conhecimento apenas do Banco Central.

O segundo é permitir uma efetiva coordenação de políticas macroeconômicas no âmbito do Mercosul, atendendo às reclamações argentinas, e a adoção de uma **band** de flutuação de moedas foi a proposta da atual equipe econômica às autoridades argentinas. A fixação de uma **band** para o real e a possível adesão argentina a essa faixa poderia solucionar vários problemas das transações bilaterais entre o Brasil e a Argentina.

O terceiro é tratar a defasagem cambial ainda existente como desvios de

curto-prazo em relação ao longo-prazo, fazendo com que a defasagem de 14% acumulada no governo Itamar e de 44% em relação ao Cruzado seja "esquecida", tendo em vista a evolução favorável das exportações. O quarto é estabelecer através das faixas algum risco cambial nas operações de entrada e saída de capitais, ao contrário do que ocorre hoje em dia, onde este risco é praticamente nulo.

O que falta ser respondido é se é possível transitar de um "velho" regime cambial para um "novo" com a presença de defasagem cambial de 14% no período Itamar e de 44% em relação ao Cruzado. A resposta a essa questão depende de quatro aspectos fundamentais. O primeiro é uma definição teórica da taxa de câmbio real que está associada à negação da hipótese que a taxa de câmbio entre duas nações tende a se igualar no longo prazo à razão dos níveis de preços observados internamente nestes países. Esta hipótese era coerente quando ainda a noção de poder de compra das moedas e a lei de um só preço eram fundamentais para estabelecer o equilíbrio do balanço de pagamentos. A partir do momento que começou-se a estabelecer a noção de equilíbrio interno e externo da economia, que seria composto por bens comercializáveis (**tradebles**) e não-comercializáveis (**non-tradebles**) aquela hipótese cai em desuso. Nesta nova situação, a taxa de câmbio real é definida como o preço relativo dos **tradebles** e **non-tradebles** que equilibra os dispêndios e as receitas. Na situação anterior, a idéia de um padrão-ouro subjacente criava as condições necessárias e suficientes para se obter o equilíbrio da economia. Em contrapartida, nessa nova situação, analisar a taxa de câmbio real implica defini-la como a razão dos preços relativos entre **tradebles** e **non-tradebles**, condicionada pela evolução macroeconômica.

O segundo aspecto decorre do fato que no Brasil não se calcula a taxa de câmbio real sob a ótica de comercializáveis e não-comercializáveis. Isto não decorre de nenhuma má fé dos institutos de pesquisa, visto que, graças ao trabalho dessas instituições, pode-se dispor de índices de taxas de câmbio real para várias moedas mensalmente, ao passo que índices de **tradebles** e **non-tradebles**, têm de ser construídos, e sempre são defasados em relação ao tempo.

O terceiro aspecto é que nos últimos anos a razão entre **tradebles** e **non-tradebles** caiu devido à liberalização comercial. Logo, o nível da taxa de câmbio real brasileira hoje em dia é mais baixo que aquele observado em meados dos anos 80. Conseqüentemente, o nível para equilibrar as contas externas é menor, e a presença da defasagem certamente não é da ordem de 44% quando se compara ao Plano Cruzado.

Se adicionarmos ainda o gradual

ataque aos desequilíbrios macroeconômicos, consubstanciados nas reduções dos gastos públicos, verifica-se que se reduziu a pressão para se obter um equilíbrio entre dispêndios e receitas a um nível elevado. A correção desses desbalanceamentos macroeconômicos contribui para que a taxa de câmbio real tenha um nível de equilíbrio menor. Somando-se estes dois pontos - queda da relação dos **tradebles** e **non-tradebles** e redução dos desequilíbrios macroeconômicos -, pode-se afirmar que a economia brasileira nos anos 90 vai operar com um nível da taxa de câmbio real menor se não houver uma gestão macroeconômica populista.

Se de um lado não existe um indicador "verdadeiro" para a taxa de câmbio real, e sabe-se que o nível de equilíbrio reduziu-se significativamente, então há realmente defasagem cambial? Para se obter uma resposta plausível, nesta situação, o melhor procedimento é adotarmos uma posição de economista-médico - perguntando aos participantes do mercado - que uma posição de economista-veterinário - olhando os índices e estabelecendo certas hipóteses de trabalho. Para o mercado existe uma avaliação subjetiva que a defasagem de câmbio em dia é de cerca de 15%. Paradoxalmente, sem acumular variações dos quatorze meses do período Itamar, este valor é próximo ao exposto na Tabela 2.

Assim, transitar-se-á de um regime cambial de flutuação "suja" para uma flutuação "em faixas pré-determinadas" com uma defasagem cambial da ordem de no mínimo 15%. Será possível atingir um equilíbrio externo com um desalinhamento cambial dessa magnitude? O único fato concreto é que será extremamente difícil alcançar este objetivo, e tudo dependerá da decisão do governo de reverter (ou não) o processo de liberalização financeira que criou uma situação de livre conversabilidade das moedas.

A completa redução dos controles cambiais na presença de movimentação de capital leva a uma sobrevalorização da moeda nacional. A apreciação cambial de 14% observada no governo Itamar está associada fundamentalmente à entrada de capital numa situação de livre conversabilidade. Se houver uma mudança do regime cambial para flutuação em faixas, na presença de livre conversabilidade e taxas de juros internas superiores às externas, a tendência à apreciação cambial tenderá a se agravar até transformar um desalinhamento cambial temporário no ingrediente determinante de uma crise do balanço de pagamentos.

Para sustar esta tendência, o governo deveria reverter um pouco a liberalização financeira impondo controles sobre a movimentação de capital. No passado foi fácil impor controles devido à recorrente escassez de divisas, ao passo que nos dias atuais há um excesso de oferta de moedas estrangeiras. Para impor controle sobre a conta de capital o governo deveria adotar taxas de IOF variadas em relação ao tempo para sustar as pressões de apreciação do real. Mesmo assim, não há indicações precisas se o IOF de 25% explicitado na MP438 será suficiente para reverter a tendência de sobrevalorização monetária.

Em função do desalinhamento observado, e das dificuldades de se atingir um equilíbrio externo, o governo deveria refletir sobre a experiência histórica e não mudar de regime de câmbio carregando um desalinhamento cambial. A ação mais prudente seria fazer uma depreciação em termos reais em torno de 15% antes da introdução da nova moeda para assegurar um equilíbrio externo na terceira fase do plano de estabilização.

\* Mario C. de Carvalho Jr. é pesquisador da Funcex e professor da FAF/UERJ.

Tabela 2  
Defasagem Cambial Segundo os Planos Econômicos

Plano Econômico	Período	Nº de Meses	Variação da Defasagem Cambial		Defasagem Cambial Acumulada desde o Plano Cruzado	
			IPA-FGV		IPA-FGV	
			Cr\$/US\$	Cr\$/cesta	Cr\$/US\$	Cr\$/cesta
Cruzado	mar/86 a jun/87	15	7,2	-0,4	7,2	-0,4
Bresser	jun/87 a dez/87	7	5,7	-0,1	13,3	-0,5
Mallson	jan/88 a dez/88	12	10,4	14,1	25,1	13,5
Verão	jan/89 a mar/90	15	71,5	75,2	114,6	98,8
Collor I e II	abr/90 a set/91	18	-27,5	-30,0	54,8	39,1
Collor III	out/91 a dez/92	15	-7,7	-9,1	42,9	26,4
Itamar	jan/93 a fev/94	14	11,4	14,1	59,2	44,2

Fonte: Elaborada a partir de dados da FUNCEX (Base março 1986 = 100)

# Sistema de Projeções Qualificadas

## URV (INDEXADA)

Dez dos 16 economistas que participaram do Sistema de Projeções Qualificadas (SPQ) do Conselho Regional de Economia - CORECON - seis técnicos se abstiveram - projetaram para março uma evolução de 41,9% para a Unidade Real de Valor (URV), que chegaria ao mês de abril, em 42,6%. Na hipótese de adoção da nova moeda em abril, sete desses técnicos se arriscaram a projetar um resíduo inflacionário em URV de 2,3%.

## INFLAÇÃO (IGP-FGV)

Os 16 economistas que participaram do SPQ, projetam para março um índice de inflação medida pelo IGP da Fundação Getúlio Vargas de 40,8%, com uma quase imperceptível queda no mês seguinte: 40,3%. Um técnico se absteve de calcular a evolução de preços em abril. Em fevereiro, a inflação medida pelo IGP da FGV ficou em 42,1%. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) ficou em 38,9% e o IGP-M calculado pela FGV para o mesmo período, em 40,7%.

## JUROS

Os juros continuarão evoluindo positivamente em decorrência do plano de estabilização governamental, segundo projeções dos 16 economistas que participaram do SPQ do CORECON. Não haverá, portanto, qualquer reversão na política de taxas altas mantida pelo Banco Central. Em março e abril os juros reais sob títulos públicos (descontada a TR do período) ficarão em 2,4%. Seis desses técnicos, no entanto, entendem que se nova moeda for mesmo adotada no mês de abril haverá uma queda nessas taxas que fechará o período em 2,3%. Em fevereiro, segundo a Andima, a taxa real do período foi de 2,1%.

## CÂMBIO

O câmbio continuará fluando, praticamente colado à taxa de inflação, segundo projeção dos 16 economistas que participaram do SPQ do CORECON para o próximo bimestre. Não haverá, portanto, qualquer alteração na tradicional política de câmbio fluante que vem sendo promovida pelo Banco Central. Para março a variação prevista é de 40,8%. E em abril essa taxa subirá um pouco, chegando a 42,5%. Para a previsão da taxa de câmbio de abril houve uma abstenção entre os economistas que participaram do SPQ.

## DÓLAR PARALELO

Continuará apostando errado quem ainda acredita em ganhos financeiros imediatos a partir da cotação da moeda norte-americana no mercado paralelo. Os 16 econo-

mistas que trabalharam no SPQ do CORECON para os meses de março e abril prevêm que a cotação do dólar continuará evoluindo em níveis próximos ou inferiores aos da taxa de inflação. Para o último dia de março está prevista uma cotação de CR\$ 901,00, o que significa uma variação de 41,2 em relação ao preço da moeda no último dia de fevereiro: CR\$ 635,00. No último dia de abril o paralelo deverá fechar cotado em CR\$ 1.225,00.

## DÓLAR COMERCIAL

Os economistas que participaram do SPQ do CORECON acreditamos que a evolução da cotação oficial da moeda americana guardará poucas diferenças entre o que vier a ocorrer com o dólar no mercado paralelo. No último dia de março o dólar deverá fechar em CR\$ 900,00, numa evolução de 41,28% em relação ao preço do último dia de fevereiro: CR\$ 637,00. Em abril a moeda fechará o mês custando CR\$ 1.243,00, 38,1% acima do fechamento do mês anterior.

## PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A indústria brasileira deverá manter o crescimento este ano, embora em níveis inferiores ao excelente desempenho registrado ano passado. Segundo as projeções do IBGE o setor industrial cresceu 9,1% em 1993. Os 15 economistas que participaram do SPQ do CORECON - houve uma abstenção - prevêm para março uma produção industrial (anualizada) crescendo em 4,4%, com índice semelhante no mês seguinte.

## SUPERÁVIT COMERCIAL

A exemplo do que ocorreu no ano passado, o país continuará produzindo superávits comerciais em suas relações de troca com o exterior. Para março a previsão de 15 técnicos que participaram do SPQ - houve uma abstenção - projeta um superávit comercial de US\$ 1,2 bilhão, mantendo-se o mesmo saldo para o mês seguinte. Em janeiro, segundo números divulgados pelo Ministério da Indústria Comércio e Turismo, houve uma queda no saldo da balança comercial, que fechou o mês com um resultado de US\$ 961 milhões. Até o fechamento deste trabalho os dados oficiais de fevereiro não tinham sido divulgados.

## PIB

Os 16 economistas que participaram do SPQ do CORECON prevêm que o Produto Interno Bruto (PIB) do país continuará crescendo em 1994. A taxa estimada é de 3,4%. Esse resultado significa que a economia entrará numa fase de recuperação, embora em nível inferior ao crescimento previsto pelo Instituto de Economia Aplicada (IPEA) para o ano passado: 4,5%.

## DESEMPREGO

Os índices de emprego não deverão ser influenciados, este ano, pela previsão positiva para o desempenho da indústria e mesmo pelo crescimento do PIB. A taxa de desemprego aberto deverá ficar estacionada em 6%, nível insuficiente para absorver a crescente demanda por postos de trabalho. Segundo estimativas do DIEESE divulgadas no final do mês passado, o número de desempregados na região metropolitana da Grande São Paulo voltou a crescer depois de oito meses de quedas sucessivas.

## FBK/PIB

A formação bruta de capital fixo em relação ao PIB deverá ficar em 15,3% em 1994, segundo 14 técnicos que participaram do SPQ do CORECON. Se confirmada a previsão da maioria, significa que haverá um pequeno crescimento em relação a 1992 (14,4%), mas revela que a economia nacional ainda está com pequena capacidade de investimento. Os números referentes ao ano passado ainda não foram divulgados pelo IBGE.

## CONTAS DO GOVERNO

O programa de estabilização econômica não conseguirá equilibrar as contas do governo, segundo a média da opinião da

maior parte dos economistas que participaram do SPQ do CORECON. A média de opinião desses técnicos indica que o governo Itamar Franco seja obrigado a fechar o ano de 94 com um déficit operacional de 0,8% em suas contas. Houve uma abstenção.

## OBSERVAÇÕES:

- 1) As projeções foram realizadas entre 29 de fevereiro e 9 de março.
- 2) Todas as projeções refletem a média de opinião dos economistas ouvidos pelo CORECON.
- 3) Como fonte de indicadores passados, presentes e futuros, foram utilizadas as informações do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo; da Andima; da Fundação Getúlio Vargas; da Fipe; do IBGE; do IPEA e do Banco Central.
- 4) Economistas consultados: Túlio Hostílio F.A., Duran, Bernardo Gonçalves e Cláudio Contador (UFRJ); Sérgio Werlang, Luís Guilherme Shymura de Oliveira e Oriel Magalhães (EPFGV); José Cláudio Ferreira da Silva (IPEA); Francisco Assis (Banco Makra); Flávio Castelo Branco (CNI); Antônio Carlos Porto Gonçalves / Sandra Lofiege (Pinto de Almeida DVM); José Eduardo Pereira (BNDES); Rodrigo Quental (Vale do Rio Doce); Ademar Mineiro (Dieese); José Clemente (Petroquímica do Nordeste); Célio Lora (Lora e Consultores Associados).

SISTEMA DE PROJEÇÕES QUALIFICADAS  
(2º bimestre/94) - Indicadores Econômicos

	MARÇO	ABRIL	
		URV INDEX	URV MOEDA
	Média	Média	Média
URV (%)	41,9	42,6	2,3
Inflação (%) (IGP-FGV)	40,8	40,3	0,0
Taxa de Juros Real (%) (descontada a TR do período) (sob títulos públicos)	2,4	2,4	2,3
Taxa de Câmbio (%)	40,8	42,5	0,0
Dólar Paralelo (*)	901,0	1.225,5	--
Dólar Comercial	900,2	1.243,5	--
Produção Industrial (%) (anualizada)	4,4	Média = 4,4	
Superávit Comercial (US\$ 1.000.000.000)	1,2	Média = 1,2	

	(1994/1993)	
	MÉDIA	
Produto Interno Bruto (%)	3,4	
Taxa de Desemprego (IBGE) (%)	6,0	
FBK/PIB (%)	15,3	
Contas Governo/PIB (%) (**)	Déficit	0,8
	Superávit	

(\*) Cotação do dólar no último dia do mês  
(\*\*) Resultado operacional

INFORME  
**CORECON**

IMPRESSO

PORTE PAGO  
DR/RJ  
ISR 52.2246/86

